CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ACRE – CAU/AC

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ACRE – CAU/AC

Demonstrações contábeis
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 61 3322 5190
Fax: + 55 61 3322 5270
www.bdo.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A
Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre – CAU/AC
Rio Branco - AC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre – CAU/AC ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do ACRE – CAU/AC em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa n° 2.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa n° 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 07 de março de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – AC

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3 – S - AC

CAU - AC
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre

CNPJ: 14.794.749/0001-62

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.216.120	1.155.938	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.106.113	1.017.294
CONTRIBUIÇÕES	208.360	170.388	PESSOAL E ENCARGOS	504.091	484.892
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	208.360	170.388	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	504.091	484.892
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	208.360	170.388	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	504.091	484.892
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	171.196	147.786	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	567.297	459.182
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	171.196	147.786	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	10.671	6.673
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇAO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇAO DE SERVICOS	171.196	147.786	CONSUMO DE MATERIAL	10.671	6.673
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	20.050	35.090	SERVIÇOS	524.622	428.967
JUROS E ENCARGOS DE MORA	8.938	8.949	DIARIAS	109.577	107.698
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	8.938	8.949	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	85.023	88.732
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	11.112	26.141	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	330.022	232.538
MULTAS SOBRE ANUIDADES	11.112	26.141	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	32.004	23.542
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	799.454	800.674	DEPRECIACAO	32.004	23.542
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	799.454	800.674	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	28.761	26.465
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	799.454	800.674	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	28.761	26.465
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.061	2.000	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	28.761	26.465
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	-	2.000	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	5.964	46.755
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	2.000	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	5.964	46.755
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.061	-	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS	5.964	46.755
MULTAS ADMINISTRATIVAS	128	-		-	-
INDENIZAÇÕES	2.215	-		-	-
REVERSÃO DE PROVISÕES	14.718	-		-	-
Total das Variações Ativas :	1.216.120	1.155.938	Total das Variações Passivas :	1.106.113	1.017.294
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	110.007	138.644
Total	1216120,24	1155937,55	Total	1216120,24	1155937,55

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2018

VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO
PRESIDENTE
CAU/AC A22400-6
399.007.461-04

LUIS GUILHERME GUIMARAES OLIVEIRA BACCHI
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A25304-9
554.967.331-20

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

Variações Patrimoniais Qualitativas

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	54108	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

Impresso em: 18/03/2019 11:10
Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

CAU - AC
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre
CNPJ: 14.794.749/0001-62

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.130.978	1.108.339	Despesa Orçamentária	1.135.137	1.030.329
RECEITA REALIZADA	1.130.978	1.108.339	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	2.300	22.025
RECEITA CORRENTE	1.130.978	1.108.339	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.132.837	1.008.304
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	138.280	124.597	DESPESA CORRENTE	1.078.729	928.304
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	138.280	124.597	PESSOAL	557.119	495.050
ANUIDADES	138.280	124.597	MATERIAL DE CONSUMO	10.671	6.673
RECEITA DE SERVIÇOS	171.303	149.223	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	73.133	90.741
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.439	1.729	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	395.471	288.801
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	167.864	147.494	ENCARGOS DIVERSOS	13.574	20.575
FINANCEIRAS	19.598	33.211	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.761	26.465
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	8.487	7.070	DESPESA DE CAPITAL	54.108	80.000
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	11.112	26.141	INVESTIMENTOS	54.108	80.000
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	11.112	26.141		-	-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	799.454	800.674		-	-
Transferencias Intergovernamentais	799.454	800.674		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.343	634		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	128	634		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.215	-		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	211.490	191.458	Pagamentos Extraorçamentários	353.045	173.495
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	-	-
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.300	22.025	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	22.025	602
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	87.638	81.340	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	78.024	79.949
Outros Recebimentos Extraorçamentários	121.552	88.093	Outros Pagamentos Extraorçamentários	252.995	92.944
Saldo em espécie do Exercício Anterior	502.469	406.495	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	356.755	502.469
Caixa e Equivalente de Caixa	502.469	406.495	Caixa e Equivalente de Caixa	356.755	502.469
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	-	-
Total:	1.844.937	1.706.293		1.844.937	1.706.293

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2018

VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO
PRESIDENTE
CAU/AC A22400-6
399.007.461-04

LUIS GUILHERME GUIMARAES OLIVEIRA BACCHI
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A25304-9
554.967.331-20

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

Impresso em: 25/03/2019 11:44

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

CAU - AC
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre
CNPJ: 14.794.749/0001-62

CAU/AC Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.161.807	1.161.807	1.161.807	1.161.807	1.130.978	(30.829)
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	154.274	154.274	154.274	154.274	138.280	(15.994)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	154.274	154.274	154.274	154.274	138.280	(15.994)
ANUIDADES	154.274	154.274	154.274	154.274	138.280	(15.994)
RECEITA DE SERVIÇOS	114.134	114.134	114.134	114.134	171.303	57.169
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.000	3.000	3.000	3.000	3.439	439
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	111.134	111.134	111.134	111.134	167.864	56.730
FINANCEIRAS	38.296	38.296	38.296	38.296	19.598	(18.698)
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	10.296	10.296	10.296	10.296	8.487	(1.809)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	28.000	28.000	28.000	28.000	11.112	(16.888)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	2.000	2.000	2.000	2.000	-	(2.000)
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.000	26.000	26.000	26.000	11.112	(14.888)
TRANSFERENCIAS CORRENTES	855.103	855.103	855.103	855.103	799.454	(55.649)
Transferencias Intergovernamentais	855.103	855.103	855.103	855.103	799.454	(55.649)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	2.343	2.343
MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	128	128
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	-	-	-	2.215	2.215
RECEITA DE CAPITAL	-	70.000	-	70.000	-	(70.000)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	70.000	-	70.000	-	(70.000)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	-	70.000	-	70.000	-	(70.000)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1.161.807	1.231.807	1.161.807	1.231.807	1.130.978	(100.829)
DÉFICIT	-	-	-	-	4.159	4.159
TOTAL	1.161.807	1.231.807	1.161.807	1.231.807	1.135.137	(96.670)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.139.507	1.153.806	1.079.129	1.079.129	1.078.729	74.677
PESSOAL	606.200	592.074	557.519	557.519	557.119	34.555
PESSOAL E ENCARGOS	571.200	549.630	515.075	515.075	514.675	34.555
DIÁRIAS	35.000	42.444	42.444	42.444	42.444	-
MATERIAL DE CONSUMO	12.900	18.410	10.671	10.671	10.671	7.739
MATERIAL DE CONSUMO	12.900	18.410	10.671	10.671	10.671	7.739
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	80.353	73.133	73.133	73.133	73.133	-
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	15.000	6.000	6.000	6.000	6.000	-
DIÁRIAS	65.353	67.133	67.133	67.133	67.133	-
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	393.740	416.408	395.471	395.471	395.471	20.937
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	87.600	86.500	86.400	86.400	86.400	100
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	35.000	15.374	8.656	8.656	8.656	6.718
SERVIÇOS PRESTADOS	194.140	234.586	221.392	221.392	221.392	13.195
PASSAGENS	77.000	79.947	79.023	79.023	79.023	925
ENCARGOS DIVERSOS	12.000	19.467	13.574	13.574	13.574	5.893
ENCARGOS DIVERSOS	12.000	19.467	13.574	13.574	13.574	5.893
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.314	34.314	28.761	28.761	28.761	5.553
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	8.708	8.708	8.708	8.708	8.708	-
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADO	25.606	25.606	20.053	20.053	20.053	5.553
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	-	78.000	56.008	56.008	54.108	21.992
INVESTIMENTOS	-	78.000	56.008	56.008	54.108	21.992
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	-	78.000	56.008	56.008	54.108	21.992
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	22.300	1	-	-	-	1
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.161.807	1.231.807	1.135.137	1.135.137	1.132.837	96.670
SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.161.807	1.231.807	1.135.137	1.135.137	1.132.837	96.670

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2018

VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO
PRESIDENTE
CAU/AC A22400-6
399.007.461-04

LUIS GUILHERME GUIMARAES OLIVEIRA BACCHI
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A25304-9
554.967.331-20

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESA CORRENTE	0,00	1.505,00	1.505,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	1.505,00	1.505,00	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	20.520,00	20.520,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	20.520,00	20.520,00	0,00	0,00
TOTAL:	0	22025	22025	0	0

Impresso em: 25/03/2019 11:47

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

CAU - AC

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre

CNPJ: 14.794.749/0001-62

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**624.435**	**559.253**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**73.193**	**94.013**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	356.755	502.469	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.300	22.025
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	96.062	16.884	PROVISÕES A CURTO PRAZO	59.029	70.013
CLIENTES	85.370	55.727	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.864	1.975
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	89.924	49.143			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(79.232)	(87.986)			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	171.618	39.900			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**182.331**	**158.327**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	-	-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.816	1.816			
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.816	1.816			
IMOBILIZADO	175.259	149.373			
BENS MÓVEIS	271.756	215.748			
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(96.498)	(66.375)			
INTANGÍVEL	5.256	7.137			
SOFTWARES	10.450	10.450			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(5.194)	(3.313)			
			TOTAL DO PASSIVO	73.193	94.013

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	733.574	623.567
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	733.574	623.567

TOTAL	806.767	717.580	TOTAL	806.767	(717.580)
ATIVO FINANCEIRO	356.755	502.469	PASSIVO FINANCEIRO	72.918	94.013
ATIVO PERMANENTE	450.011	215.111	PASSIVO PERMANENTE	275	-
SALDO PATRIMONIAL				733.574	623.567

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Execução de Direitos Conveniados	-	-	Execução de Obrigações Conveniadas	-	-
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	92.813	-
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	92.813	-

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	283.837	408.456

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2018

VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO
PRESIDENTE
CAU/AC A22400-6
399.007.461-04

LUIS GUILHERME GUIMARAES OLIVEIRA BACCHI
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A25304-9
554.967.331-20

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

Impresso em: 18/03/2019 11:02

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/1

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
RECEITA CORRENTE	1.130.978	1.108.339
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	138.280	124.597
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	138.280	124.597
ANUIDADES	138.280	124.597
RECEITA DE SERVIÇOS	171.303	149.223
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.439	1.729
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	167.864	147.494
FINANCEIRAS	19.598	33.211
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	8.487	7.070
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	11.112	26.141
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	11.112	26.141
TRANSFERENCIAS CORRENTES	799.454	800.674
Transferencias Intergovernamentais	799.454	800.674
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.343	634
MULTAS DE INFRAÇÕES	128	634
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.215	-
OUTROS INGRESSOS	209.190	169.433
DESEMBOLSOS	-	-
DESPESA CORRENTE	1.078.729	928.304
PESSOAL	557.119	495.050
MATERIAL DE CONSUMO	10.671	6.673
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	73.133	90.741
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	395.471	288.801
ENCARGOS DIVERSOS	13.574	20.575
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.761	26.465
OUTROS DESEMBOLSOS	353.045	173.495
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	(91.605)	175.973
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
INVESTIMENTOS	54.108	80.000
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(54.108)	(80.000)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(145.713)	95.973

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	502.469	406.495
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	356.755	502.469

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2018

VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO
PRESIDENTE
CAU/AC A22400-6
399.007.461-04

LUIS GUILHERME GUIMARAES OLIVEIRA BACCHI
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A25304-9
554.967.331-20

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.
Página:1/1
Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre – CAU/AC
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre – CAU/AC, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/AC é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/AC aprovado pela Plenária em 19 de novembro de 2013.

O Conselho está localizado na Rua Custodio Freire, número 40, Bosque - Rio Branco/Acre.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AC procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2018.

b) Base de mensuração – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.

c) Julgamento pela aplicação – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/AC, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo patrimonial comparativo

	2018	2017
Créditos de Anuidades	175.294	104.870
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(79.232)	(87.986)

Do montante de R$79.232 do ajuste contábil implantado em 2018, somente o valor de R$5.964, incidente sobre os créditos de anuidades de 2018, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o

resultado patrimonial de 2018. O restante de R$7.268 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2017 foi registrado como "Ajustes de Exercício Anteriores" reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoques
Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente. Porém devido à baixa quantidade de produtos adquiridos, o Conselho não contabiliza estoques

3.4. Imobilizado
Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/AC segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros
Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos
Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando

aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AC procederá o registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício sempre que necessário.

Base de mensuração – O CAU/AC adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações

contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial
O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário
O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro
O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais
A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa
A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas
As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente

mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação às contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Banco conta movimento	-	36.435
Aplicações financeiras	356.755	466.034
	356.755	502.469

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2018	2017
Créditos de anuidades do exercício	85.370	55.727
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	89.924	49.143
(-) Provisão para devedores duvidosos	(79.232)	(87.986)
	96.062	16.884

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e também a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2018	2017
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	175.294	104.870
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(79.232)	(87.986)
	96.062	16.884

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Receber

	Consolidado	
	2018	2017
IPTU a recuperar	338	338
Outros impostos a recuperar	832	832
Fundo de Apoio	158126	38.725
Banco do Brasil S/A	6	6
Adiantamento a Fornecedores	11637	-
CAU/BR	290	-
INSS a recuperar	388	-
	171.617	39.900

Compreendem valores a receber relativo a adiantamento para fornecedores, valores a receber de entes públicos e terceiros até o término do exercício seguinte:

1. Valor pago a maior perante a Prefeitura Municipal de Rio Branco referente ao IPTU do imóvel locado onde funciona a sede do CAU.

2. Outros Impostos a recuperar refere-se ao imposto federal pago em duplicidade, aguardando restituição da Secretaria da Fazenda.

3. Fundo de Apoio valor referente ao repasse que é feito mensalmente aos CAU/AC pela CAU/BR que no exercício teve um atraso no repasse de duas parcelas aumentando consideravelmente os créditos a receber, situação essa que será solucionada no próximo exercício.

4. Adiantamento a fornecedores valores representados onde R$ 9.388,51 corresponde a uma fatura paga em duplicidade ao fornecedor Uatumã Empreendimentos Turísticos Ltda, que será compensado no exercício de 2019. Valor de R$ 2.223,75 adiantado a Dominio Assessoria e Serviços Contábeis Ltda para a devida regularização da RAT recolhida a menor no período de 2013 a 2017 devidamente regularizado sendo o valor de multas e juros pagos pelo CAU/AC e descontado nas faturas da empresa Dominio conforme documento arquivado junto ao contrato da mesma. O valor de R$ 289,87 corresponde ao ressarcimento de tarifas bancárias referente ao mês de 12/2018 a ser repassado em 2019 pelo CAU/BR e o valor de R$ 387,96 foi pago a maior na competência 13/2018 para o Instituto Nacional de Previdência Social que será compensado no ano de 2019.

8. Realizável a Longo Prazo

	2018	2017
Divida Ativa	1.816	1.816
	1.816	1.816

Os créditos de longo prazo, apresentados na tabela acima, corresponde aos valores de anuidades escritas na dívida ativa sem os juros e multas correspondentes.

9. Imobilizado

			Líquido	
	Custo	Depreciação Acumulada	2018	2017
Instalações	1.670	(597)	1.073	1.223
Veículos	80.000	(20.400)	59.600	74.000
Móveis e utensílios	68.211	(12.784)	55.427	17.659
Equipamentos de informática	88.851	(55.764)	33.087	43.415
Máquinas e Equipamentos	30.824	(6.358)	24.466	11.272
Utensílios de Copa e Cozinha	2.200	(594)	1.606	1.804
Total	271.756	(96.498)	175.259	149.373

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Conforme nota n° 3.4.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Instalações	1.223	-	-	(150,35)	1.073
Veículos	74.000	-	-	(14.400)	59.600
Móveis e utensílios	17.659	40.968	-	(3.200)	55.427
Equipamentos de Processamento de Dados	43.415	-	-	(10.328)	33.087
Máquinas e Equipamenstos	11.272	15.040,00	-	(1.846)	24.466
Utensílios de Copa e Cozinha	1.804	-	-	(198)	1.606
Total	149.373	56.008	-	(66.375)	175.259

No exercício de 2018 o CAU/AC mudou de sede para melhor atender seu público, e com a mudança foi necessário adquirir novos móveis e equipamentos para adaptar o novo espaço. Foram adquiridos novas mesas, cadeiras, armários, painéis e ar condicionados.

10. Intangível

			Líquido	
	Custo	Depreciação Acumulada	2018	2017
Software	10.450	(5.193)	5.256	7.137
Total	10.450	(5.194)	5.256	7.137

Intangível

	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Software	7.137	-	-	(1.881)	5.256
Total	7.137	-	-	(1.881)	5.256

11. Fornecedores a pagar

	2018	2017
Prestação de serviço	2.300	22.025
	2.300	22.025

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
A vencer	2.300	22.025
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	2.300	22.025

12. Provisões a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
Férias	44.719	53.856
INSS	10.285	11.310
FGTS	3.577	4.308
PIS/PASEP	447	539
Total	59.029	70.013

13. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
Adiantamento de Clientes	275	-
INSS	2.584	638
IRRF	5.129	-
ISS	2.076	558
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	1.801	779
Total	11.864	1.975

14. Provisão para riscos processuais

O CAU/AC até o encerramento do exercício de 2017, não possui nenhuma ação civil ou trabalhista no qual seja réu, portanto não houve nenhuma provisão para riscos processuais

15. Patrimônio Líquido

Descrição	2018	2017
Superavits ou Deficits Acumulados de Exercícios Anteriores	110.007	138.644
Resultados Acumulados	623.567	484.923
Total	733.574	623.567

16. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/AC, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

17. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2018	2017
Depreciação e amortização	32.004	23.541
Despesas com pessoal	504.091	484.892
Despesas com contratação de terceiros	316.449	300.695
Impostos, taxas e contribuições	13.574	20.575
Outras receitas e despesas	239.995	187.591
	1.106.113	1.017.294

18. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2018	2017
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.216.120	1.155.938
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.106.113)	(1.017.294)
(=) Superávit Patrimonial apurado		
	110.007	138.644

Resultado Orçamentário	2018	2017
Receita Orçamentária Arrecadada	1.130.977	1.108.339
(-) Despesas Empenhadas	(1.135.137)	(1.030.329)
(=) Superávit Orçamentário Apurado		
	(4.160)	78.010

Resultado Financeiro	2018	2017
Saldo Disponível Apurado	356.755	502.469
(-) Passivo Financeiro	(73.192)	(94.013)
(=) Superávit Financeiro Apurado		
	283.563	408.456

19. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Predial	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	270.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para xxx veículos	80.000
		350.000

20. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

21. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

* * *